

GÊNERO E PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO: BREVES CONSIDERAÇÕES

*Marina Molina Costa Tavares, Aline Nemitz de Oliveira Lajas Ferreira,
Carla Infante Mateus Rosa, Cintya Rayssa Dutra Carvalho e Stela Xavier Terra*
PPGCPol/UFPel, UNESA, PPGEM/EGN, UFPel, UFRGS
Grupo Sociologia e Estudos do Mar (CEDEPEM)

A atuação global voltada ao uso sustentável dos ambientes marinhos tem obtido destaque. A Conferência das Nações Unidas para o Oceano, ocorrida de 2 a 6 de junho de 2020, em Lisboa, Portugal, é considerada um dos primeiros marcos da Década de Ação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As associações entre o conceito de sustentabilidade, questões relacionadas ao Mar e discussões sobre gênero, têm igualmente sido consideradas relevantes. Desde 2019 estas questões têm sido correlacionadas de forma concisa, a partir da comemoração do Dia Mundial dos Oceanos, que recebeu o lema “Gênero e o Oceano”. A Organização das Nações Unidas (ONU) destacou, a partir do evento, sua intenção de descobrir caminhos para a promoção da igualdade de gênero em atividades relativas ao oceano, especialmente em se tratando de pesquisa científica, trabalho no mar, questões humanitárias, e decisões políticas (ONU NEWS, 2019).

Em relação às decisões políticas e à gestão do espaço marinho, a ONU tem atuado através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possui sob sua responsabilidade a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), criada em em 1967. É através da comissão que a ONU tem atuado na difusão do Planejamento Espacial Marinho (PEM): um instrumento público multissetorial de análise e distribuição das atividades humanas em áreas marinhas, que busca alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais de forma harmônica e sustentável (UNESCO, 2020).

O PEM é um importante processo público de gestão do espaço marinho, cujo papel socioeconômico é evidenciado devido a importância das políticas públicas associadas a esse processo na agenda nacional do Brasil; se destaca no sistema internacional por suas mudanças tecnológicas, econômicas e políticas, visando uma exploração mais intensiva dos recursos marinhos, especialmente no setor de gás e petróleo (MARRONI, 2014). Quanto à

forma deste processo, a própria página da COI aponta que o PEM não é um fim em si aponta que, mas uma forma prática de criar e estabelecer um uso mais racional do espaço marinho e das interações entre seus usos, equilibrar demandas de desenvolvimento com a necessidade de proteger o meio ambiente e de proporcionar resultados sociais e econômicos de forma aberta e planejada (UNESCO, 2020).

Estudos sobre o PEM evidenciam a necessidade de envolvimento e participação de diferentes atores, bem como sua multidisciplinaridade, envolvendo áreas como a Ciência Política, Relações Internacionais e Estudos Estratégicos (MARRONI et al., 2019). Sendo este um processo altamente adaptável e de amplo escopo, é também apropriado para examinar uma série de reivindicações que dele derivam, com destaque para as oportunidades e desafios que surgem na busca da justiça social dentro de uma estrutura de sustentabilidade mais ampla, incluindo-se a luta pela equidade de gênero (SAUNDERS et al, 2020).

No entanto, ainda existem lacunas importantes no conhecimento sobre gênero e oceano. Relações humanas generificadas com o mar envolvem debates sobre condições e padrões de trabalho, seja ele remunerado ou não; sobre o acesso a recursos e capital; e, ainda, sobre relações familiares e de gênero que permeiam certos tipos de atividade. A forma como a vida diária de pessoas em contextos costeiros é organizada ocorre com base em papéis de gênero, e merece mais estudo (FRANGOUEDES; GERRARD; SAID, 2020). É nesta dimensão que abrem-se possibilidades para a transversalização do gênero junto ao PEM Brasileiro.

Tendo tomado uma posição de liderança na Conferência da ONU para os Oceanos em 2017, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de implementar o PEM até 2030. A data de 2030 também é limite para a implementação de outro compromisso brasileiro: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, na qual o país se comprometeu a atingir os objetivos da Igualdade de Gênero (ODS 5) e da conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos (ODS14).

Buscando encontrar caminhos para a adoção efetiva dos compromissos internacionais brasileiros, questões de gênero e estratégias associadas têm sido analisadas no âmbito do CEDEPEM. O grupo tem conduzido revisões bibliográficas sobre as principais contribuições de autoras feministas para a compreensão dos impactos das relações humanas com o mar, especialmente a partir do ecofeminismo e da Economia Política Internacional de Gênero.

Ademais, tem sido construído um mapeamento global para a análise de como as questões de gênero têm sido inseridas nos documentos norteadores de iniciativas de PEM em diversos países. A análise que resulta destes trabalhos busca justificar a necessidade de

aprofundamento das pesquisas que relacionem as questões de gênero a todos os tópicos associados ao processo público de gestão do espaço marinho, a exemplo das áreas de Segurança e Defesa, Proteção e Conservação, e Economia do Mar.

A partir das pesquisas conduzidas a nível do grupo de pesquisa, busca-se estimular o pensamento crítico quanto às oportunidades e desafios ao desenvolvimento do PEM no Brasil. Analisando outras experiências de consideração das questões de gênero junto a este processo, busca-se levantar proposições para que o projeto brasileiro considere as desigualdades, visando transcendê-las através de uma observação atenta às mesmas desde suas bases, até sua efetiva implementação.

REFERÊNCIAS

FRANGOUES, Katia; GERRARD, Siri; SAID, Alicia. Commentary 6 to the Manifesto for the Marine Social Sciences: gender and the role of women. **Maritime Studies**, online, v. 19, p. 137-138, Jul. 2020.

MARRONI, Etiene Vilella. The importance of public policy for Blue Amazon marine spatial planning. **Development Studies Research**, v. 1, n.1, p. 161-167, Sep. 2014.

MARRONI, Etiene Vilella. et al. Planejamento Espacial Marinho nos Processos de Cooperação em Segurança Internacional: Estudos de políticas integrativas nacionais como base para a defesa e segurança do Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 1-36, Jan./Jun. 2019.

ONU NEWS. **Em Dia Mundial dos Oceanos, ONU pede atenção ao impacto das ações humanas (2019)**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1675231>>. Acesso em: dezembro de 2020.

SAUNDERS, Fred et al. Theorizing Social Sustainability and Justice in Marine Spatial Planning: Democracy, Diversity, and Equity. **Sustainability**, online, v.12, n. 2560, s. p., 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **About Us (2020)**. Disponível em: <<https://ioc.unesco.org/about>>. Acesso em dezembro de 2020.